

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA*

Nesta edição são apresentados, a seguir, os resumos das dissertações do Curso de Mestrado em Geografia - áreas de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional e Urbano, no período de janeiro a dezembro de 2000.

RISCOS E DESASTRES NATURAIS: CASO DA SUB- BACIA DO RIO DA PEDRA – JACINTO MACHADO/SC

Jairo Valdati - Geógrafo

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais
Comissão Examinadora: Prof. Dr. Joel Pellerin (Orientador); Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe; Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia de P. Herrmann

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 04/01/2000

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo discutir a questão dos riscos e desastres naturais. Através de um levantamento bibliográfico mostramos que a discussão destes vem de longa data. Atualmente, os riscos ganham centralidade em muitos dos debates acadêmicos, como é o caso da Sociologia. Nas Geociências este tema sempre foi referenciado, entretanto ganha maior impulso nos anos 80, através dos estudos sobre as áreas de risco. Atualmente, além das discussões acadêmicas, a preocupação com os desastres naturais tem mobilizado instituições internacionais, como é o exemplo da ONU, que declarou os anos 90 como a década voltada à prevenção dos desastres naturais.

* Produção Acadêmica Discente.

Em virtude da pouca clareza em relação aos termos *riscos e desastres naturais* procedeu-se a um esclarecimento etimológico dos termos. Para melhor compreensão, inserimos também o termo *evento natural*. Deste modo consideramos que risco trata-se da possibilidade de ocorrência de evento capaz de provocar dano, que dependendo da magnitude, pode se caracterizar como desastre. Assim, temos em sequência: *riscos, eventos e desastres naturais*, sendo que o termo natural refere-se à origem dos mesmos.

A partir desta noção de risco, empreendemos a um estudo aplicado, através da identificação e mapeamento das áreas de risco natural de inundação na planície aluvial da sub-bacia do Rio da Pedra, situada no extremo Sul de Santa Catarina. Para este estudo procuramos compreender a dinâmica natural desta sub-bacia, e desta formar, estabelecer níveis de risco de inundação.

DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA PEDOLÓGICA E O RELEVO NO ALTO VALE DORIBEIRÃO ÁGUA DO SÃO FRANCISCO – NOVA ESPERANÇA – PR

Marcia Regina Calegari – Geógrafa

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais

Comissão Examinadora: Prof. Dr. Joel Pellerin (Orientador); Prof.^a Dr.^a Angela da Veiga Beltrame; Prof.^a Dr.^a Maria Teresa de Nobrega

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 17/02/2000

Resumo

Este trabalho versa sobre a distribuição da cobertura pedológica e o modelado no alto vale do Ribeirão Água do São Francisco (Nova Esperança), no interior da Região Noroeste do Paraná.

Esta região apresenta sérios problemas de degradação e desequilíbrio ambiental desencadeados, em parte, pelo processo de ocupação que promoveu um desmatamento generalizado, expondo sua cobertura pedológica formada a partir dos arenitos da Formação Caiuá, naturalmente suscetível à erosão.

Os estudos realizados basearam-se nos procedimentos descritos em Boulet, et. al. (1982,a,b,c), conhecidos como *Análise Estrutural da Cobertura Pedológica*, juntamente com técnicas de laboratório e geoprocessamento. Foram levantadas dez (10) topossequências cujos resultados foram apresentados, analisados e interpretados na busca do entendimento das complexidades da evolução morfopedológica da área.

Foram identificados cinco (5) sistemas pedológicos, todos indicando sinais de desequilíbrio, isto é, sob influência do sistema de transformação do tipo e-iluvial.

A partir da análise destes sistemas e da morfologia das vertentes, foram estabelecidas correlações, onde pode-se constatar que estes sistemas pedológicos representam cinco (5) estágios diferentes da evolução morfopedológica da área. Indicando assim, perfeita relação entre distribuição e organização da cobertura pedológica e o modelado.

Pode-se constatar também que:

- os latossolos constituem a cobertura inicial, formada a partir da alteração direta do arenito e recobria toda a vertente;
- o sistema de transformação e-iluvial identificado, comprova a hipótese de desequilíbrio morfopedológico;
- o solo podzólico em posição de topo corresponde ao estágio mais avançado da evolução do sistema de transformação;
- os segmentos de jusante e média vertente constituem os setores mais frágeis/instáveis, onde a morfogênese tem atuado mais intensamente, através de movimentos de massa, sulcos, ravinas e voçorocas, favorecida pela situação/posição e dinâmica da cobertura pedológica.

A PRODUÇÃO FAMILIAR E A SERICICULTURA NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA (PR)

Jair Imay – Geógrafo

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof^a. Dr^a. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora); Prof^a. Dr^a. Maria Ignez S. Paulilo; Prof.MSc. Celito José Israel

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 16/03/2000

Resumo

O estudo de caso proposto teve como objetivo central contribuir para a compreensão das implicações recentes na (re) organização sócio-espacial do município de Nova Esperança-PR, frente a constituição do Complexo Agroindustrial Sericícola. Buscou-se analisar a dinâmica de desenvolvimento da sericicultura, e a adaptação dos pequenos produtores, no complexo da modernização tecnológica agrícola. O Norte do Paraná onde está inserida Nova Esperança, apresenta uma estrutura fundiária caracterizada por pequenas e médias propriedades que serviam de base à expansão da cafeicultura, atividade econômica tradicional. Com a modernização agrícola e a crise cafeeira, as características físicas da área inviabilizaram a expansão dos cultivos como soja/trigo, obrigando os produtores a buscar outras alternativas. A entrada da sericicultura propiciou a permanência de parte das pequenas e médias propriedades no município, uma vez que se desenvolve em pequenas áreas e é exigente em mão-de-obra. A produção se desenvolveu nos moldes do sistema de integração produtor/indústria. Além do produtor proprietário, manteve-se, de maneira substancial, a parceria, relação de trabalho comum durante a cafeicultura. Apesar da adaptação dos proprietários e parceiros, as imposições do sistema capitalista proporcionaram aos sericultores, dificuldades econômicas que se refletem na unidade produtiva, de modo mais intenso naquelas onde o sistema de parceria ocorre. Por isso, tendencialmente poderá ocorrer desarticulação da atividade o que resultará em implicações sócio-espaciais no município de Nova Esperança.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES NO NORTE MATOGROSSENSE: O CASO DE LUCAS DO RIO VERDE

Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira – Geógrafa

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof. Dr.ª. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora); Prof. Dr. Dalton Aureo Moro; Prof. M.Sc. Carlos José Espíndola

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 24/03/2000

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de expansão da fronteira agrícola através do grande projeto dos governos militares de integrar áreas vistas como vazias a economia nacional. Através de projetos criados e colocados em prática, a colonização foi o meio mais rápido para eliminar o vazio demográfico integrando novas áreas a economia nacional. O norte de Mato Grosso foi contemplado com muitos projetos de colonização destacando o PEA (Projeto Especial de Assentamento) de Lucas do Rio Verde. Este Projeto, inicialmente tinha o objetivo de assentar 203 famílias de produtores sem terra. As famílias foram transferidas, porém, nem todas as garantias foram asseguradas. Por isso, em pouco tempo a maior parte dos assentados deixou a área, e os que ficaram lutam até hoje com muita dificuldade para permanecer no local. Este trabalho está dividido em quatro capítulos, o primeiro mostra o papel do Estado na ocupação da fronteira. O segundo capítulo focaliza a gênese dos projetos de colonização no norte de Mato Grosso e as mudanças sócio espaciais decorrentes dos projetos de colonização. O terceiro capítulo apresenta uma caracterização geo-histórica da área. Focaliza também as características iniciais do PEA Lucas do Rio Verde. O quarto capítulo retrata a atual organização do espaço agrário em Lucas do Rio Verde. Conclui-se que as políticas públicas elaboradas e colocadas em prática nas últimas décadas não tiveram por objetivo fazer a reforma agrária. Os pequenos

produtores sujeitos dos projetos de colonização no período inicial. Foram usados como viveiros de mão-de-obra para o capital. Muitos resistiram, mas os que se mantiveram, permanecem lutando, apesar das dificuldades que enfrentam para obter financiamentos e comercializar a produção. Mesmo assim, tendencialmente a exclusão social terá continuidade e a área poderá ser alvo de novas transformações.

A GESTÃO DA ÁGUA EM AMBIENTES COSTEIROS: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA DAS SUB-BACIAS DAS LAGOAS DO MORRO DO FORNO E DO JACARÉ, LITORAL NORTE, RS

Elaine Regina Oliveira dos Santos – Geógrafa

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais
Comissão Examinadora: Prof. Dr. Jarbas Bonetti Filho
(Orientador); Prof. Dr. Joel Pellerin; Prof. Dr. Luiz Fernando
Scheibe

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 24/03/2000

Resumo

A escassez da água é considerada uma das questões mais prementes no limiar do novo século. Desperdício e ocupação inadequada de bacias hidrográficas encontram-se entre os fatores que corroboram de forma decisiva para o agravamento de conflitos, reclamando a adoção de um modelo de gestão que congregue sociedade e Estado, com vistas à harmonização dos múltiplos e competitivos usos deste bem. Para tanto, desde janeiro de 1997, o Brasil conta com a Lei 9.433, que instituiu o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e norteou os princípios básicos da Política Nacional de Recursos Hídricos, regrando, assim, o uso da água em bacias hidrográficas federais.

Nesse caso se enquadram os sistemas formados pelas lagoas do Morro do Forno e do Jacaré, pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Mampituba. Situadas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, estas sub-bacias são fortemente condicionadas pelo

domínio oceânico e pelas diferenças topográficas existentes entre as províncias geomorfológicas do planalto e da planície costeira. Problemas de degradação ambiental provocados pela substituição de ambientes naturais por lavouras, pela utilização indiscriminada de agrotóxicos e fertilizantes nas culturas de arroz irrigado, olerícolas e bananas, bem como pelo lançamento de esgoto *in natura* nos corpos d'água, se notabilizam neste contexto.

Com a finalidade de colaborar com ampliação do conhecimento sobre os processos hidrológicos locais, visando à futura gestão integrada da bacia hidrográfica do Rio Mampituba, o presente trabalho avaliou a disponibilidade hídrica superficial destas sub-bacias, considerando os principais fatores limitantes do meio natural juntamente com os possíveis impactos causados pela ação antrópica. A metodologia utilizada para este fim consistiu na aplicação de um conjunto de técnicas capaz de responder questões pertinentes às condições quali-quantitativas e à influência do estuário do Rio Mampituba nos sistemas estudados. Nesse sentido, utilizou-se: a integração Sistema de Informação Geográfica (SIG) – modelagem hidrológica, o Índice de Qualidade da Água (IQA) da National Sanitation Foundation (NSF-WQI) modificado pelo COMITESINOS e ajustado pelo Índice de Toxidez (IT), a análise da ocorrência de organismos sensíveis ao gradiente salino, bem como o levantamento de dados físico-químicos e sedimentológicos de interesse ao estudo da dinâmica estuarina do Rio Mampituba.

Os resultados obtidos permitiram concluir que o comportamento natural das sub-bacias em foco contribui, em parte, para diminuir a sua disponibilidade hídrica, em face do processo de colmatagem evidenciado na Lagoa do Morro do Forno e dos riscos de salinização decorrentes da expansão do setor estuarino. Somando-se a isto, foram constatados os efeitos negativos decorrentes dos usos dominantes da água e do solo sobre a qualidade dos principais corpos d'água superficiais estudados, o que concorre, também, para a redução da sua disponibilidade. Finalizando, foram elencadas algumas sugestões para estudos futuros que poderão aprimorar o conhecimento da dinâmica das sub-bacias estudadas, criando, assim, subsídios importantes para a gestão dos seus recursos hídricos.

RIO BRANCO - AC, UMA CIDADE DE FRONTEIRA: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO, A PARTIR DOS PLANOS GOVERNAMENTAIS DOS MILITARES AOS DIAS ATUAIS

Maria de Jesus Morais – Geógrafa

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof. M.Sc. Ivo Sostisso (Orientador);

Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued; Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 10/04/2000

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar o processo de urbanização de Rio Branco a partir das políticas públicas dos militares para a Amazônia. Tomando como objeto de análise a economia política da cidade, que significa desvendar como a mesma se organiza ou é organizada, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar na mesma.

O ponto inicial desta investigação foram as diretrizes governamentais dos militares para a apropriação capitalista da fronteira econômica da Amazônia sob o discurso da integração e segurança nacional.

Estas diretrizes desencadearam o processo de urbanização. E o seu resultado foi o surgimento de novas cidades e o crescimento das já existentes, como Rio Branco, capital do Estado do Acre.

O crescimento urbano verificado em Rio Branco foi fruto do êxodo rural que se instalou no Acre a partir da substituição da economia extrativa para a agropecuária no início da década de 70.

Estes migrantes que chegaram à cidade de Rio Branco buscavam oportunidades de emprego. Ao chegarem, em péssimas condições financeiras, vão engrossar os contingentes populacionais residentes em bairros periféricos. Já que não podem pagar pela moradia, estes buscam os terrenos onde o preço da casa-terreno é mais baixo ou onde, pelo processo de invasão-ocupação encontram um lugar para viver.

Os problemas imediatos deste fluxo migratório foi o surgimento de loteamentos clandestinos, em locais que falta todo tipo de infra-estrutura e a proliferação do mercado informal urbano, especialmente das ocupações ambulantes.

No que diz respeito ao emprego urbano constatou-se eu o Distrito Industrial de Rio Branco, enquanto iniciativa governamental ou empreendimento que visava suprir a deficiência de empregos na cidade, teve limitada atuação sobre o emprego urbano.

Portanto as consequências das políticas públicas dos militares foi a desorganização das atividades econômicas e o acelerado processo de crescimento das cidades e os problemas daí decorrentes.

POLUIÇÃO HÍDRICA E PROCESSOS EROSIVOS: IMPACTOS AMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO NAS CABECEIRAS DE DRENAGEM NA ÁREA URBANA DE MARINGÁ-PR

Cristina Otsuschi – Geógrafa

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais

Comissão Examinadora: Prof.^ª Dr.^ª. Gerusa Maria Duarte (Orientadora); Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe; Prof.^ª Dr.^ª. Maria Teresa de Nóbrega

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 21/06/2000

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido para conhecer melhor os impactos ambientais causados pela urbanização nas cabeceiras de drenagem da área urbana de Maringá, principalmente os processos erosivos e a poluição hídrica. Na zona sul da cidade de Maringá, tem-se três parques com cobertura florestal e neles observam-se voçorocas e ravinas. Formas erosivas deste tipo ocorrem também fora dos parques desta cidade. As principais causas do surgimento das feições erosivas, sua evolução e consequências foram identificadas. As informações da

granulometria associadas com a descrição morfológica dos perfis possibilitou complementar as informações da classificação dos tipos de solos da área, e a elaboração do mapa de solos de Maringá apoiado na fotopedologia de aerofotos de 1980. Este procedimento demonstrou que os processos erosivos se desencadeiam na Terra Roxa Estruturada, solo este formado a partir da alteração do basalto. O mesmo é considerado resistente aos processos erosivos, porém, quando há concentração de água, a argila se dispersa tornando-o susceptível à erosão. A representação das formas das incisões erosivas tanto em planta como tridimensionalmente, foi obtida a partir do levantamento topográfico em algumas incisões. Para demonstrar a evolução de duas voçorocas foram realizadas medidas das áreas instáveis destas incisões em duas campanhas: período seco e período chuvoso. Para estudar a poluição hídrica, foram analisadas amostras de água de 22 locais nos principais cursos de água de Maringá, correspondentes às nascentes, após a nascente e na confluência de dois cursos de água, para verificar a evolução da qualidade destas águas. As coletas foram realizadas em duas etapas, em fevereiro e em julho de 1999. Os dados obtidos foram analisados a partir da correlação entre os parâmetros, associando-os posteriormente por microbacia de modo a representar espacialmente os níveis de poluição hídrica.

Os dados das amostras de água obtidos em laboratório quando comparados com o máximo permitido pela Legislação Federal – CONAMA nº 020 de 1986, indicaram poluição por matéria orgânica, elementos químicos pesados e coliformes totais e fecais. Isto requer cuidados com o uso da água destes rios, principalmente pelas atividades desenvolvidas nas margens, como cultivo de hortaliças, além de seu uso pela população como piscinas naturais em dias de elevada temperatura. Verificou-se que a urbanização vem contribuindo para a deterioração da qualidade ambiental de Maringá, uma vez que há processos de ocupação desordenada havendo necessidade de um planejamento que vise a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida dos cidadãos e que seja executado. Os principais problemas ambientais identificados foram: desmatamento da mata ciliar, deposição de resíduo sólido urbano, voçorocas, ravinas e sulcos, solapamento das margens dos córregos e poluição dos principais cursos de água. A comparação

do Mapa de Impactos Ambientais com o de Infra-Estrutura e Uso da Terra evidencia como a ocupação urbana contribui para haver os impactos ambientais no espaço urbano de Maringá.

A METROPOLIZAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS: O PAPEL DO ESTADO

Maria Teresinha de Resenes Marcon – Geógrafa

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof. Dr. Paulo Fernando de A. Lago (Orientador); Prof. Dr. Augusto Cesar Zeferino; Prof. Dr. Nereu do Vale Pereira; Prof. M.Sc. Ivo Sostisso

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 31/08/2000

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o papel do Estado no processo de metropolização de Florianópolis, que associado ao capital, conduz ao processo de espacialização, com uma atuação preponderante a partir da década de 60. Sob tais fatores ocorreram e ocorrem mudanças no perfil da cidade, acelerando transformações urbanas evidenciadas em áreas anteriormente rurais, com a instalação de diversas instituições públicas e privadas, na geração de empreendimentos turísticos e imobiliários, valorização de áreas e o zoneamento de novos centros comerciais, de serviços e a instalação de indústrias ligadas à alta tecnologia na parte insular e de outros ramos industriais, no continente. A materialização das políticas públicas do Estado traduziu-se na implantação do sistema viário insular e continental que permite associá-lo ao processo de transformação ocorrido em Florianópolis, conjuntamente com as instalações de empresas estatais na década de 70 para as proximidades dos novos eixos viários e, posteriormente, pela concentração dos investimentos privados que permitiu uma maior interligação do centro urbano com as demais localidades da Ilha (o “boom” do turismo e da construção civil) e com os Municípios vizinhos. A posição de Florianópolis, diante do espaço sob seu comando, ganha novas conotações, porque sai da relação tradicional baseada mais fortemente nas funções

administrativas e comerciais, para uma relação mais dinâmica e intensa, em que as funções comerciais e de serviços ganham maior complexidade diante da modernização a que está submetido o sistema urbano brasileiro. Florianópolis não pode ser concebida mais como uma cidade individual, mas como centro de uma região, cuja área territorial ultrapassa seus limites convencionais e envolve aproximadamente 600.000 habitantes.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E OS AGRAVANTES SOCIO AMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL – O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO/SC

Maurício Alves – Geógrafo

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora); Prof^ª. Dr^ª. Maria Ignez Silveira Paulilo; Prof^ª. Dr^ª. Lúcia Helena Gerardi

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 05/09/2000

Resumo

O modelo de modernização tecnológico difundido na agricultura vem produzindo muitos agravantes sócio-ambientais no espaço rural brasileiro. Diante disso, o estudo de caso proposto teve como objetivo principal compreender as transformações que se processaram no espaço agrário do município de São Ludgero, procurando investigar quais os efeitos oriundos da exploração agropecuária sobre o meio ambiente a partir da inserção do produtor familiar no padrão agrário baseado na tecnologia e quimificação. Na área em questão, a estrutura agrária caracteriza-se pela presença de pequenas unidades fundiárias, exploradas com mão-de-obra familiar. Organizadas de formas diversas, nelas são desenvolvidas atividades especializadas para suprimento do mercado. Os principais cultivos são: fumo, olericultura e fruticultura. Na criação é destaque: avicultura, suinocultura e gado leiteiro. Constatou-se, em informações secundárias e primárias, que

a produção familiar de São Ludgero também incorporou os pacotes tecnológicos difundidos no agro nacional. Porém, à semelhança do que ocorreu em outras áreas, os agricultores não receberam do Estado a orientação e o acompanhamento técnico adequado que tal modelo requeria. A falta de fiscalização, associado ao fator cultural e ao baixo grau de escolaridade da população rural, faz com que não sejam obedecidos as normas e critérios estabelecidos para a venda e o uso de insumos químicos na agricultura. O descaso neste processo vem deixando em seu lastro desequilíbrios ambientais que estão expressos em vários indicadores: desaparecimento de espécies vegetais e animais, proliferação de pragas, degradação dos solos e poluição dos rios. Além disso, foram evidenciados problemas relativos à saúde da população que manuseia e convive com os agrotóxicos, bem como as precariedades que afetam o sistema de saúde para detectar e registrar as intoxicações provocadas por tais insumos. Diante desse quadro negativo, torna-se necessário a promoção de campanhas que despertem na população rural os cuidados que devem ter para a preservação do meio ambiente e de sua própria saúde. Essa tarefa deveria ser desempenhada pelo poder público, em diferentes escalas. A permanecer o desinteresse político em buscar alternativas ao modelo agrícola vigente, a tendência será a continuidade e o agravamento dos problemas sócio-ambientais do espaço rural brasileiro.

A BUSCA DA COMPREENSÃO DO AMBIENTE E DE SUAS RELAÇÕES: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

Maria de Lourdes Milanez Goularte - Bióloga

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais

Comissão Examinadora: Profa. M.Sc. Maria Dolores Buss (Orientadora); Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe; Prof. Dr. Ademir Damazio

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 22/09/2000

Resumo

Esta pesquisa-ação retrata um trabalho interdisciplinar de ensino realizado por um grupo de professores em uma classe de 5ª série do ensino fundamental em uma escola pública estadual no município de Criciúma.

Apresenta a problemática ambiental e a visão sistêmica como superação da visão fragmentada, para o tratamento das questões ambientais. Mostra a preocupação com a educação ambiental, as concepções e os objetivos estabelecidos por pensadores e educadores ambientais, bem como a importância do pensamento interdisciplinar.

Discute a possibilidade da realização de uma prática interdisciplinar, tendo o diálogo como uma necessidade na concretização da atividade educativa. Concebe o ambiente como resultado de suas relações naturais e humanas, fundamentando-se nos pressupostos de uma educação ambiental sistêmica.

A proposta elaborada e realizada sustentou-se pelos fatores determinantes de qualidade de vida citados pelo grupo. Os conteúdos específicos, desenvolvidos por cada professor, tinham como objetivo mostrar aos alunos, a importância desses conteúdos para o tratamento das questões relativas à qualidade de vida.

Relata as contribuições e os avanços conseguidos pelos professores em suas respectivas disciplinas. A Matemática, o Português e a Artes, apresentam-se como instrumentos para explicar as situações vivenciadas, a História e a Geografia como conhecimento do espaço vivido e a comparação com o estilo de vida do passado com o presente e a Ciências com estudo dos fenômenos observados, do cotidiano vivido pelos alunos.

REESTRUTURAÇÃO E EXCLUSÃO TÉCNICO- PRODUTIVA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM GUARACIABA-SC

Paulo Jonas Grando - Geógrafo

Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Comissão Examinadora: Prof. Dr. Roland Luiz Pizzolatti (Orientador); Prof. Dr.ª. Walquíria Krüger Corrêa; Prof. Dr.ª. Maria Aparecida Tubaldini

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 11/10/2000

Resumo

Esta dissertação aborda o processo de transformações técnico-produtivas que vem ocorrendo na agricultura familiar de Guaraciaba, Santa Catarina, durante os anos de 1990. Ao mesmo tempo, examinamos a situação de exclusão de significativos contingentes de famílias agricultoras. Esta situação foi abordada, como um processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva que vêm sendo imposto à agricultura familiar, integrada ao mercado, configurando-se na necessidade de revalorização das condições de acumulação capitalista no período atual.

Uma definição operacional de agricultura familiar foi definida a partir das contribuições de autores como Chayanov e Kaustky. A idéia de um processo de reestruturação e exclusão técnico-produtiva, é sugerida em substituição das noções de modernização da agricultura e de êxodo rural. A base de reflexão é de que a situação conjuntural, se apresenta totalmente diferente daquela em que as noções apontadas, eram utilizadas para explicar as transformações que aconteciam na agropecuária brasileira.

Assim, apresentamos um estudo do processo de reestruturação das condições de produção na agricultura familiar e, analisamos a situação de exclusão de famílias agricultoras, apontando seus resultados para o município Guaraciaba-SC. Neste sentido, a partir de nossas análises, procuramos detectar alguns cenários possíveis para o futuro da reprodução do modelo de agricultura familiar na área objeto de estudo.

OS SAMBAQUISA DA PLANÍCIE COSTEIRA DE JOINVILLE, LITORAL NORTE DE SANTA CATARINA: GEOLOGIA, PALEOGEOGRAFIA E CONSERVAÇÃO IN SITU

Mário Sérgio Celski de Oliveira – Geógrafo

Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais
Comissão Examinadora: Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho (Orientador); Prof. Dr. Jarbas Bonetti Filho; Prof. Dr. Marisa Coutinho Afonso

Dissertação Aprovada após Defesa Pública em 20/10/2000

Resumo

Sambaquis são sítios arqueológicos que integravam uma sociedade de pescadores-coletores-caçadores pré-históricos. A pesquisa objetivou caracterizá-los na planície costeira de Joinville segundo uma perspectiva geológica-evolutiva e conservacionista. A paisagem como herança fundamentou conceitualmente a abordagem. Foram analisadas 91 amostras de sedimentos coletados em 71 pontos diferentes; classificadas amostras malacológicas, além de datadas areias pleistocênicas pelo método da TL. A relação dialética entre uso e manejo, em uma perspectiva do tempo como coexistência e como sucessão, foi direcionada à expectativa da manutenção das estruturas físicas dos sambaquis (conservação *in situ*).

A área de estudo foi classificada como costa sedimentar do tipo estuarina. Além do embasamento cristalino, identificou-se depósitos sedimentares coluviais, de leques aluviais, fluviais, flúvio-lagunares, paleoestuarinos, paludiais estuarinos e eólicos. O substrato geológico dos sambaquis refere-se a embasamento cristalino (12% dos sítios), depósitos flúvio-lagunares (12%), depósitos de leques aluviais (36%) e depósitos eólicos (40%).

A paleogeografia atribuiu às ilhas da porção sudeste da área de estudo uma geogênese vinculada à emersão de fundos rasos e à prováveis paleodeltas ou paleobarreiras. Sugeriu-se um modelo de informações para o estudo dos sambaquis como indicadores de paleoníveis marinhos. A correlação entre a altitude da base dos

sítios e curvas de oscilações do NRM indicou que a instalação inicial da maior parte dos sambaquis em Joinville teria se dado antes de 3.600 e 5.1000 anos AP, sendo edificados em situação de ampliação dos manguezais. Foi proposta uma rota denominada “Eixo São João / Palmital” que teria favorecido o deslocamento de populações sambaquianas entre a Baía de Guaratuba (PR) e a Baía da Babitonga (SC).

Dos 42 sambaquis mapeados, 60% possuem altura igual ou inferior a 4m e mais de 70% dos sítios possuem volume igual ou inferior a 7.992,80m³. Localizou-se 12 sambaquis para os quais não havia citação bibliográfica anterior, entre eles o de maior dimensão na área de estudo, com aproximadamente 18m de altura e 166.000m³ de volume.

A pesquisa apresentou recomendações para o manejo dos sítios, incluindo requisitos mínimos para visita pública (sambaquis em exposição). Propôs-se um plano básico de ações para conservação *in situ* dos sambaquis, baseado nos 6 fatores de degradação constatados em Joinville, com destaque ao fator “destruição mecânica” normalmente atuante em 57% dos sítios. A proposta destaca a viabilidade da intervenção sistemática do Poder Público a partir de ações pouco complexas e sob uma perspectiva de antecipação de atuação.